

ATA Nº 24/2001

1

DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2001.*****

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e um, no Plenário da Câmara Municipal de Agudo, realizou-se a décima sétima sessão plenária ordinária do ano. Presentes os Vereadores ALDO HOPPE (PFL), ARI ANUNCIAÇÃO (PMDB), BETO MÜLLER (PPB), CARLITO SCHIEFELBEIN (PSDB), MOISÉS KILIAN (PMDB), PAULO UNFER (PDT), PEDRO DE LIMA (PDT), RENI BOIJINK (PDT) e VILSON DIAS (PPB).*****

Às vinte horas e trinta minutos, após verificar a existência de quorum legal para tal, o senhor Presidente, Vereador RENI BOIJINK, declarou instalada a sessão. Em votação, a ata nº 23/2001 foi aprovada por unanimidade de votos. A seguir, foram apresentados o Projeto de Lei nº 25/2001-E, o Projeto de Decreto Legislativo nº 08/2001, o Requerimento nº 05/2001 e as Indicações nºs 20/2001 e 21/2001. Das correspondências recebidas nenhuma foi lida. Das correspondências expedidas nenhuma foi lida. No espaço do **PEQUENO EXPEDIENTE**: o Vereador ALDO HOPPE falou sobre a necessidade de levantamento da situação das estradas vicinais do município, com a presença dos vereadores representantes das comunidades, e de reunião dos servidores com a FAMURS sobre a Lei de Responsabilidade fiscal; o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que o Supremo Tribunal Federal havia suspenso os processos emancipacionistas, já que a Constituição Federal deveria, antes, ser regulamentada; disse que as estradas do interior não tinham condições de tráfego, levando a população a reclamar de tal situação que só seria revertida se o município tomasse providências para adquirir equipamentos; em comunicação urgente da liderança do PMDB, o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que proposição de sua iniciativa de redução dos subsídios dos agentes políticos procurava dar condições ao Município de adquiri-los; disse que os servidores estavam aflitos porque seus salários não seriam reajustados e que eles deviam ser estimulados através de reajuste previsto na Constituição Federal; o Vereador BETO MÜLLER disse que o salário mínimo foi majorado e que os servidores municipais deviam ter reajuste em seus salários no mês de abril; lamentou o fato de os servidores terem sido obrigados a vir à Câmara mostrar insatisfação com aquela situação; falou sobre a programação da festa de aniversário de primeiro ano de pastado de pastores da 1ª Igreja Evangélica de Deus Universal; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN elogiou a iniciativa do Executivo Municipal e da Promotoria Pública de tratar da regularização de terrenos na Vila Caiçara e disse que o posto de saúde da Picada do Rio seria fechado apenas para reforma; disse que a pressão popular faria com que a Constituição Federal fosse regulamentada no tocante às regras para emancipação; disse que a administração diminuiu seu débito consideravelmente e que a Lei de Responsabilidade Fiscal, que não atingiu outras administrações, devia ser cumprida pela atual; disse que o município passava por sua melhor situação financeira dos últimos anos, mas que o comprometimento com gasto com pessoal ainda superava o limite previsto naquela lei; o Vereador MOISÉS KILIAN disse que os agentes políticos deviam sensibilizar-se com a situação dos funcionários públicos e que esses deviam unir-se para conseguir seus objetivos; pediu que os vereadores aprovassem seu Substitutivo ao Projeto de alterações no Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores e que, depois do novo cálculo atuarial, fossem propostas alterações que defendessem os interesses do Executivo e dos funcionários; o Vereador PAULO UNFER leu mensagem intitulada “A diferença que faz a diferença”, pela qual a solução para os problemas dos países estava na atitude de seu Povo em relação à vida e sugeria regras a serem seguidas; em comunicação urgente da liderança do PDT, o vereador PAULO UNFER disse que a mudança de atitude poderia levar o país e o município

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente

ATA Nº 24/2001

2

ao progresso; disse que os vereadores do PDT aprovariam o reajuste dos salários dos servidores se a Lei de Responsabilidade Fiscal permitisse e proposição nesse sentido fosse enviada à Câmara; o Vereador PEDRO DE LIMA disse que a CORSAN havia garantido a substituição da tubulação que estava em más condições, estando apenas na dependência de uma parceria com o município para ceder uma máquina para a realização daquela obra; disse que o município colocaria uma máquina à disposição, mas que a recolocação do calçamento deveria ficar por conta da CORSAN; o Vereador VILSON DIAS abriu mão de sua inscrição. O senhor Presidente disse que estava por iniciar o recesso parlamentar de julho, no qual os vereadores continuariam à disposição dos munícipes; disse que a Câmara realizaria um seminário sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal com técnicos das Delegações de Prefeituras Municipais e que o mesmo era destinado aos servidores públicos, mas aberto à comunidade; disse que recebeu convite para participar de reunião sobre a regularização de lotes da Vila Caiçara e que a Câmara realizaria sessão solene em homenagem a colonos e motoristas dentro da “Ein Volksfest in Agudo”. O espaço da **TRIBUNA LIVRE** foi ocupado pelo senhor Gilberto Domingos Buriol, que falou sobre o tema “Reposição salarial”. No espaço do **GRANDE EXPEDIENTE**: o Vereador VILSON DIAS parabenizou a seleção municipal de veteranos de Agudo pela conquista de certame interseleções; disse que testemunhou visita do Juiz de Direito da Comarca de Agudo, da senhora Promotora de Justiça e dos advogados Ilmar Goltz e Tilo Hentschke à Vila Caiçara para verificar a situação da mesma; disse que não era momento de olhar o passado, mas de o Executivo encaminhar soluções para aquela Vila; disse que o assunto seria tratado em reunião a realizar-se na semana seguinte entre autoridades e moradores da Vila Caiçara; disse que um poço que vinha abastecendo moradores da região alta da Vila Caiçara não tinha água em condições de uso, cobrando do município e dos agentes comunitários de saúde solução para o caso; disse que a promessa do município de destinar um servidor do setor de obras para atuar na Vila Caiçara uma vez por mês não vinha sendo cumprida; manifestou satisfação por ter ouvido de representantes do SIPROMA e da ASERMA a cobrança de soluções para a falta de atendimento à saúde dos servidores e de reajuste salarial; disse que não havia vínculo entre o reajuste salarial e a aprovação de proposição sobre o Fundo de Aposentadoria, pois os próprios vereadores de situação votariam contra àquela proposição; disse que os vereadores estavam ao lado dos servidores na busca de reajuste salarial; o Vereador PEDRO DE LIMA leu ofício recebido do Deputado Adroaldo Loureiro, pelo qual Sua Excelência comunicava a inclusão de Agudo no Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar, sendo que vinte e uma famílias carentes seriam beneficiadas pelo mesmo através de convênio entre o Estado e o município. Na **ORDEM DO DIA** tramitavam o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 10/2001-E, o Parecer nº 21/2001-CCLJ, o Projeto de Lei Complementar nº 01/2001-L, o Projeto de Lei nº 22/2001 e o Requerimento nº 05/2001. Em discussão sobre o Requerimento nº 05/2001: o Vereador PAULO UNFER manifestou-se contrariamente ao requerimento, dizendo que os vereadores deveriam deixar clara a posição de cada um; o Vereador BETO MÜLLER disse que a bancada do PPB entendia que, como não houve consulta aos demais vereadores antes da apresentação da matéria objeto do requerimento, deveria ser preservado o pensamento de cada vereador e alegou que era regimental tal requerimento; o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse ser desnecessária a votação secreta requerida, que o Povo deveria saber qual o voto de cada vereador e que não via razão para que a votação fosse secreta; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que a Câmara deveria mostrar transparência ao votar e que

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente

ATA Nº 24/2001

3

os vereadores deveriam votar com sua consciência; em votação, o Requerimento nº 05/2001 foi rejeitado por seis votos contrários e dois favoráveis – os dos vereadores BETO MÜLLER e VILSON DIAS. Em Discussão Geral sobre o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 10/2001-E, que “Altera a redação do Art. 8º da Lei Municipal nº 1.345, de 29 de dezembro de 2000, e repristina dispositivos da Lei Municipal nº 1.332, de 03 de outubro de 2000”: o Vereador ALDO HOPPE disse que a proposição original pretendia alterações no Fundo de Aposentadoria para adequação da folha de pagamento, mas que, como faltavam apenas dois meses para a vigência do dispositivo que o projeto original pretendia alterar, o vereador disse que votaria pela não alteração da lei e rejeição do Substitutivo; o Vereador PAULO UNFER disse ser contra o Substitutivo e contra o Projeto original em respeito à Lei nº 1.345/2000, aprovada, com emenda, por unanimidade; justificou isso dizendo que a antecipação da vigência de dispositivos daquela lei não tinha sido possível e que estava-se próximo da data de vigência dos mesmos; disse que o Fundo de Aposentadoria, com os recursos a serem repassados pelo Executivo, teria condições de funcionar; disse que cálculo atuarial indicaria as modificações que deveriam ser feitas; o Vereador MOISÉS KILIAN elogiou a atitude dos vereadores da situação por não tomarem decisões precipitadas antes do novo cálculo atuarial; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que não votaria a favor do Projeto ou do Substitutivo sem cálculo atuarial, já que o Fundo de Aposentadoria não passava por crise financeira; disse que, se isso viesse a ocorrer, alterações deveriam ser propostas; em votação, o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 10/2001-E foi rejeitado, com o Voto de Minerva do senhor Presidente, por cinco votos contrários e quatro favoráveis – os dos vereadores ARI ANUNCIAÇÃO, BETO MÜLLER, MOISÉS KILIAN e VILSON DIAS; em votação, o Projeto de Lei nº 10/2001-E, que “Altera a redação do art.8º da Lei Municipal nº 1.345 de 29 de dezembro de 2000”, foi rejeitado por unanimidade de votos. Em Discussão Especial sobre o Parecer nº 21/2001-CCLJ “Sobre o Projeto de Lei nº 19/2001-L”: o Vereador ALDO HOPPE disse que tinha posição contrária ao Projeto porque seu compromisso ia além de comparecer à Câmara quatro vezes por mês, ao estudar, planejar e aperfeiçoar-se para acompanhar a administração municipal, pois eram essas as tarefas do vereador; disse que a redução dos subsídios não resolveria os problemas; disse que os vereadores recebiam solicitação de auxílios de entidades e pessoas carentes; disse que a Câmara não poderia alterar os subsídios, pois foram fixados pela legislatura passada e porque os vencimentos, segundo a Constituição Federal, eram irredutíveis; disse que isso seria possível para a legislatura seguinte e que os subsídios dos vereadores agudenses estavam abaixo do limite legal; disse que o vereador do interior tinha gastos que os vereadores da cidade não tinham; em comunicação da liderança do PFL, o Vereador ALDO HOPPE disse que aquele que quisesse doar seus subsídios poderia fazê-lo de livre e espontânea vontade; disse que a compra de máquinas era obrigação do município e que projeto para contratação de assistência social foi reprovado; o Vereador PAULO UNFER disse que seria solidário à maioria dos vereadores e que vinha dedicando-se exclusivamente ao mandato; disse que não atuava apenas nas sessões como foi divulgado em rádio; disse que os vereadores que votassem pela tramitação daquela proposição deveriam devolver ao município parte de seus subsídios já naquele mês, espontaneamente; disse que ele já vinha doando à comunidade e aos necessitados parte dos seus subsídios; o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que o líder de governo, como os demais vereadores, vinha reclamando da situação das estradas e que tinha razão ao sustentar que isso era de competência do Executivo, mas lembrou que os

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente

ATA Nº 24/2001

4

vereadores deviam dar respaldo ao Executivo; disse que não vivia do cargo de vereador e lamentou que alguns vereadores se preocupassem com doações a pessoas, já que o principal era o problema pelo qual o município passava em seu setor de obras; disse que a proposição visava dar condições para o Prefeito sair do marasmo administrativo no setor de obras; o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN disse que havia direito adquirido dos vereadores em relação a seus subsídios, o que tornava inconstitucional aquela proposição; disse que os subsídios dos vereadores foram fixados pela legislatura passada e que os vereadores da atual não poderiam alterá-los; disse que vinha gastando com auxílios a entidades, que os vereadores deveriam manifestar sua posição e que aqueles que votassem contra o Parecer deveriam doar parte de seus subsídios ao município; o Vereador VILSON DIAS disse que tinha posição favorável à legalidade e lamentou que a apresentação daquela proposição foi iniciativa isolada de seu autor; disse que o Executivo não apresentou proposição de redução dos subsídios de seus agentes políticos e secretários e que não era justo que apenas os vereadores tivessem seus subsídios reduzidos; disse que, segundo posição do Prefeito, o município não estava em situação tão difícil, o que mostrava que faltava boa vontade para adquirir máquinas; disse que votaria de acordo com a posição das Delegações de Prefeituras Municipais e da Comissão de Justiça que eram pela inconstitucionalidade da proposição, ressaltando que os problemas do município deveriam ser resolvidos dentro da lei; o Vereador MOISÉS KILIAN disse que os vereadores atuavam pelo município e não apenas por determinada região; em aparte, o Vereador ARI ANUNCIAÇÃO disse que o Vereador VILSON DIAS havia votado a favor de projeto claramente inconstitucional e que, quando a inconstitucionalidade era em benefício do Povo, ninguém a alegaria, pois não o prejudicaria como ocorria com alguns projetos inconstitucionais aprovados; disse que esses projetos não tiveram parecer das Delegações das Prefeituras Municipais, entidade contratada somente para dar parecer sobre a matéria em discussão; em continuação, o Vereador MOISÉS KILIAN disse que a arrecadação mensal é que havia sido referida pelo presidente da ASERMA; em votação, o Parecer nº 21/2001-CCLJ foi aprovado por cinco votos favoráveis e três contrários – os dos vereadores ARI ANUNCIAÇÃO, BETO MÜLLER e MOISÉS KILIAN. Em Discussão Geral sobre o Projeto de Lei Complementar nº 01/2001-L, que “Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis municipais e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”, nenhum vereador fez uso da palavra; em votação, o Projeto de Lei Complementar nº 01/2001-L foi aprovado por unanimidade de votos. Em Discussão Geral sobre o Projeto de Lei nº 22/2001-E, que “Altera Lei Municipal nº 902/93”: o Vereador CARLITO SCHIEFELBEIN requereu vistas à matéria, o que foi deferido pelo senhor Presidente. No espaço da **PAUTA** estavam, em Discussão Preliminar, os Projetos de Lei nºs 24/2001-E e 25/2001-E, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 03/2001-E e o Projeto de Decreto Legislativo 08/2001, quando nenhum vereador manifestou-se. No espaço das **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** nenhum vereador fez uso da palavra. Após, o Senhor Presidente anunciou o início do recesso parlamentar do mês de julho no dia primeiro seguinte. Assim, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual é lavrada a presente ata que, após votada, vai assinada por quem de direito. SALA DAS SESSÕES, AOS 25 DE JUNHO DE 2001.A.S.*****

.....

Ver. Vilson Dias
Secretário

Ver. Reni Boijink
Presidente